

## Education at a Glance 2009: OECD Indicators

*Summary in Portuguese*

### Panorama sobre a Educação: Indicadores da OCDE

*Sumário em português*

- *Education at a Glance* (Panorama sobre a Educação), publicado pela OCDE, é um compêndio anual de estatísticas sobre a educação, com dados comparáveis a nível internacional.
- A edição de 2009 examina a maneira como os sistemas de educação continuam a expandir-se, com um número de titulares de diplomas universitários quase duas vezes maior em 2007 do que em meados dos anos 1990.
- Considerando o actual cenário de recessão económica – caracterizado pela restrição dos recursos, mas também por uma elevada necessidade de investimentos em capital humano –, a edição de 2009 analisa os processos, o financiamento e os resultados do sector da educação como factores que determinam se os sistemas de educação oferecem uma boa relação custo-benefício.

## Reforçar o potencial: investir os escassos recursos de maneira eficaz, a fim de expandir os sistemas de educação

Perante uma recessão económica, dois factores intensificam a pressão para que os sistemas de educação funcionem com eficiência. Por um lado, os recursos são geralmente submetidos a maiores restrições. Por outro lado, o investimento em capital humano torna-se ainda mais importante, visto que a aquisição de capacitação e competências relevantes constitui um pré-requisito essencial para a recuperação económica.

A edição 2009 de *Panorama sobre a Educação* apresenta uma análise pormenorizada de como os sistemas de educação continuaram a crescer, dos seus resultados e da maneira como são financiados e organizados. Esses dados permitem uma ampla gama de análises sobre o quanto esses sistemas proporcionam uma boa relação custo-benefício e produzem efectivamente os resultados desejados.

### A expansão continua

Nesta última década, o volume de actividades educacionais tem aumentado rapidamente. Em particular, o número de pessoas que permanecem no sistema de educação para além da escolaridade obrigatória cresceu, passando de uma pequena minoria para uma vasta maioria. Esta expansão continua: depois da generalização quase universal do ensino secundário superior, aumenta, cada vez mais, o número de inscrições em instituições de nível universitário. Em 2007, um terço da população jovem (25-34 anos) teve acesso a uma qualificação de nível universitário; em alguns países membros (Canadá, Coreia, Japão), bem como num país parceiro (Federação Russa), essa proporção chega a mais de 50% (Indicador A1).

*Panorama sobre a Educação* quantifica esta expansão em termos de taxas de inscrição em diferentes faixas etárias, anos de estudo, taxas de qualificação e nível de estudos atingido pela população adulta. Desde 1995, tem-se globalmente observado uma expansão em cada um desses índices, mas com diferenças consideráveis entre os países no que tange à proporção do crescimento e à intensidade com que a expansão tem sido estimulada nos últimos anos do período analisado.

A taxa de inscrições (**Indicador C1**) na faixa etária de 15-19 anos nos países da OCDE em 2007 foi de 81%, o que representa um crescimento de 8 pontos percentuais desde 1995. Embora tenha havido poucas mudanças em muitos países onde o número de jovens matriculados no ensino secundário superior já era quase universal em meados dos anos 1990, em vários países, como Grécia, Hungria, Irlanda, Polónia e República Checa, o número de matrículas cresceu rapidamente nos últimos anos, alcançando níveis extremamente altos; no México e na Turquia, o número de matrículas também aumentou rapidamente, mas apenas metade dos jovens desta faixa etária está a

estudar. Uma expansão similar – de 7 pontos percentuais – na taxa de inscrições de jovens com idade entre 20 e 29 anos indica que, em média, uma em cada quatro pessoas nesta faixa etária está matriculada num estabelecimento de ensino. Na Grécia, na Hungria e na República Checa, a proporção aumentou em mais do dobro desde 1995, sendo que em todos os países, com excepção de Portugal e do Reino Unido, foi observado um crescimento.

Essas taxas de participação no sistema de ensino são equiparáveis às crescentes taxas de qualificação (**Indicadores A2 e A3**). Neste caso, a mudança mais espectacular foi registada na proporção de pessoas que obtêm uma primeira qualificação de nível universitário, classificada como tipo A – forma predominante de ensino superior.

Em 2007, 39% da população, em média, tinha alcançado este nível nos países da OCDE, o que representa quase o dobro do número de pessoas em 1995. Todos os países registaram um crescimento, mas a percentagem e a velocidade desta expansão variaram consideravelmente.

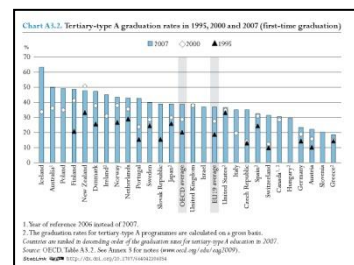
Na Dinamarca, Espanha, Finlândia, Noruega e Nova Zelândia, depois do crescimento observado entre 1995 e 2000, houve, nos sete anos subsequentes, uma desaceleração da expansão ou até (no caso da Nova Zelândia) uma queda. Inversamente, o crescimento concentrou-se mais nos últimos anos do período em análise em outros países, como Grécia (mesmo considerando uma queda nos últimos três anos), Japão, Portugal e Suécia. O mesmo ocorreu na República Checa e na Suíça, onde a taxa de pessoas diplomadas quase triplicou entre 2000 e 2007. Consequentemente, os sistemas de educação superior de alguns países continuam a evoluir em termos de proporção da população atendida, enquanto em outros observa-se, no mínimo, uma pausa no ritmo de expansão.

O aumento duradouro das taxas de qualificação demonstra que, actualmente, os jovens adultos são globalmente mais bem qualificados que os adultos com mais idade (**Indicador A1**). Por exemplo, quase 80%, em média, da população com idade entre 25 e 34 anos, mas apenas pouco mais de 50% das pessoas com 55 a 64 anos, tiveram acesso ao ensino secundário superior. Em alguns países, como Coreia, Grécia e Irlanda, a grande maioria dos jovens trabalhadores, mas apenas uma minoria dos que estão prestes a reformar-se, atingiram este nível de ensino. O acesso ao ensino superior aumentou nessas populações etárias, passando, em média, de um em cada cinco para mais de um em cada quatro.

Esta expansão do ensino apresenta três características específicas:

- Uma ampla disparidade entre os géneros em favor das mulheres, observada em alguns países, mas não em outros. Por exemplo, na Eslováquia, Finlândia, Grécia, Hungria, Noruega, Polónia e Suécia, o número de mulheres que têm

**Gráfico A3.2: Taxas de pessoas com diplomas universitários de tipo A em 1995, 2000 e 2007 (primeiro diploma)**



acesso a uma qualificação superior de tipo A é cerca de duas vezes maior que o número de homens; na Islândia, este número atinge mais do dobro. Na Alemanha, Áustria e Suíça, por outro lado, não existem diferenças de género; no Japão, o número de homens que atingem este nível de educação é maior que o de mulheres (**Indicador A3**).

- A crescente importância dos estudos efectuados no estrangeiro. Entre 2006 e 2007, o número de estudantes estrangeiros aumentou 3,3%, totalizando mais de 3 milhões de alunos do ensino universitário (**Indicador C2**).
- Em alguns países, a influência do crescimento da população, que aumenta a pressão sobre o sistema de ensino superior, por exemplo na Espanha, na Irlanda e na Turquia.

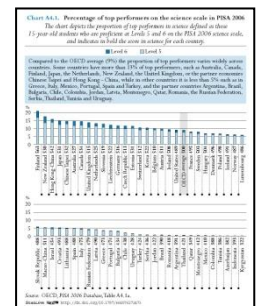
## A qualidade dos resultados da Educação

Embora a qualificação constitua um indício importante do sucesso na conclusão de um programa de estudos, *Panorama sobre a Educação* apresenta uma série de outros resultados no sector da educação, entre os quais aquisição de conhecimentos e capacitação, melhores níveis de emprego e salários, além de vantagens de natureza social.

Alguns estudos, tais como o Programa para a Avaliação Internacional de Estudantes (PISA), medem directamente os conhecimentos e a capacitação adquiridos pelos estudantes. Nesta edição, é introduzido um novo índice PISA, focalizado nos estudantes que adquiriram um alto nível de competência científica aos 15 anos de idade (**Indicadores A4 e A5**). Muitos desses estudantes seguirão carreiras relacionadas com as ciências, um sector importante para a economia das nações. Este indicador revelou grandes diferenças entre os países no que concerne a percentagem de alunos com bom desempenho na área científica, que se caracterizam pelo prazer e pelas atitudes positivas que demonstram em relação a esta área de conhecimentos. Cerca de um quarto desses estudantes pertencem a classes socioeconómicas inferiores à média nos seus respectivos países, mostrando que a desvantagem social não constitui um obstáculo intransponível.

Mais do que nunca, as consequências em termos de oportunidades de trabalho são importantes, levando-se em conta as actuais dificuldades do mercado de trabalho. As pessoas com educação secundária superior incompleta estão mais sujeitas ao risco de desemprego durante uma recessão do que as pessoas com melhores qualificações (**Indicador A6**). Além disso, jovens com baixa qualificação que perdem o emprego são mais susceptíveis a permanecerem por longos períodos sem trabalho: na maioria dos países, mais da metade dos desempregados com baixa qualificação na faixa de 25-34 anos de idade estão sem trabalho desde há muito tempo (**Indicador C3**). Aqueles que têm um emprego recebem prémios

**Gráfico A4.1: Percentagem dos melhores colocados em ciências na classificação PISA 2006**



salariais se tiverem diploma de nível superior – mais de 50% na maioria dos países – e em alguns países esses prémios registaram um aumento (**Indicador A7**). Em média, nos países da OCDE, um diploma universitário gera, actualmente, um valor líquido equivalente a cerca do dobro do valor de um diploma de educação secundária superior ou pós-secundária não universitária (**Indicador A8**).

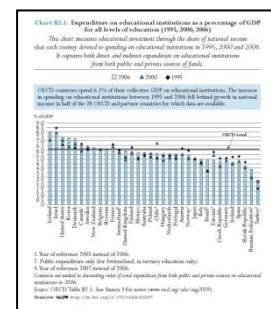
Tais resultados económicos foram, este ano, complementados por um novo indicador de resultado social (**Indicador A9**). Focaliza-se em três aspectos que reflectem a saúde e a capacidade de coesão da sociedade: autopercepção de saúde, interesse político e confiança interpessoal. Todos esses resultados sociais mantêm uma relação positiva com o nível de educação atingido, mas diferem quando se considera o nível que parece mais se destacar. Os estudantes com diploma de ensino secundário superior consideram seu estado de saúde satisfatório com muito mais frequência que as pessoas que não completam os estudos secundários. Por outro lado, um maior interesse político e a convicção de que a maioria das pessoas tenta agir correctamente estão mais estreitamente relacionados com o acesso ao ensino de nível superior.

## O financiamento da Educação

O nível de investimentos que os países destinam à educação depende, em parte, dos recursos nacionais, embora a correlação entre o investimento por estudante e o PIB per capita seja mais clara para o ensino primário e secundário do que para o nível superior (**Indicador B1**). Globalmente, nos últimos dez anos os investimentos no sector da educação aumentaram mais rápido que o PIB em quase 50% dos países (**Indicador B2**). Nos níveis primário e secundário, isto resultou num forte aumento das verbas por estudante, mas no ensino universitário o aumento dos investimentos nem sempre acompanhou o crescimento do número de estudantes, acarretando uma queda da ordem de um terço nos investimentos por estudante nos países da OCDE e países parceiros (**Indicador B1**).

Os financiamentos para o sector da educação continuam a mobilizar largas parcelas dos recursos públicos, embora a proporção de verbas nacionais varie entre 22%, no México, e 10% na Alemanha, na Itália e no Japão (**Indicador B4**). Perante a pressão para encontrar fontes alternativas de financiamento, em muitos países as verbas para a educação provenientes do sector privado estão a crescer mais rápido que as do sector público. Embora, em média, 85% de todo o investimento em educação provenha de verbas públicas, em alguns países esta percentagem é muito menor no ensino superior, para o qual o sector privado actualmente contribui com a maior parte do financiamento em países como Austrália, Canadá, Coreia, Estados Unidos e Japão, bem como em países parceiros, como Chile e Israel (**Indicador B3**). Um dos principais motivos para esta situação é a disparidade nos níveis de propinas anuais: enquanto 7 países da OCDE

**Gráfico B2.1: Rácio entre o financiamento de estabelecimentos de ensino e o PIB em todos os níveis de ensino (1995, 2000, 2006)**



não cobram propinas, num terço dos países as propinas chegam a mais de 1.500 dólares (**Indicador B5**).

## Condições de ensino e aprendizagem

Para que os sistemas de educação sejam eficientes, é necessário oferecer condições apropriadas de ensino e aprendizagem. Parte desta questão concerne os recursos disponíveis. Nos países da OCDE, a dimensão média de uma classe de nível primário é de pouco mais de 21 estudantes por turma (**Indicador D2**), sendo superior a 25 alunos por turma em apenas 3 países membros da OCDE. Desde 2000, o tamanho das turmas tem diminuído consideravelmente em alguns dos países onde havia mais alunos por classe, nomeadamente Coreia e Turquia.

Um aspecto relativo aos recursos para o ensino e a aprendizagem nos casos em que as variações não concernem apenas o tamanho das turmas é o salário dos professores (**Indicador D3**). Após 15 anos de experiência, os professores do ensino primário recebem salários que variam de mais do dobro do PIB per capita, como na Coreia, a menos de 75% do PIB per capita (na Islândia e na Noruega, bem como em países parceiros como Estónia e Israel).

A organização do ensino também varia consideravelmente: por exemplo, o número de horas de aula por ano nas escolas públicas de ensino primário são inferiores a 650 na Dinamarca, Hungria e Turquia, bem como no país parceiro Estónia, mas totaliza 1.080 nos Estados Unidos (**Indicador D4**).

Um novo conjunto de indicadores do Inquérito Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (TALIS), promovido pela OCDE, permite uma análise mais pormenorizada do ensino (**Indicadores D5 e D6**). Trata-se do primeiro inquérito internacional a focalizar-se no ambiente de aprendizagem e nas condições de trabalho dos professores nas escolas, baseando-se nas respostas de professores e directores de estabelecimentos de ensino secundário básico de 23 países.

Segundo o TALIS, os professores afirmam que o facto de receber avaliações e apreciações tem efeitos positivos sobre a sua satisfação no trabalho, promove mudanças nos seus métodos de ensino e estimula de maneira significativa o seu desenvolvimento como profissionais. Todavia, muitos países dispõem de estruturas de avaliação relativamente frágeis e, portanto, insuficientes para proporcionar aos professores os benefícios deste tipo de prática. Um terço ou mais de escolas na Áustria, na Irlanda e em Portugal não dispunham de nenhum tipo de avaliação do ensino nos cinco anos anteriores. Em média, nos países abrangidos pelo TALIS, 22% dos professores não receberam nenhum tipo de *feedback* ou apreciação nos cinco anos que antecederam o estudo. Esta percentagem é superior a 45% na Espanha e na Itália (**Indicador D5**).

O TALIS analisou também as práticas, crenças e atitudes profissionais dos professores (**Indicador D6**). Embora, em média, os

**Gráfico D6.1: Repartição do tempo despendido na classe durante uma aula padrão (2007-08)**



professores da maioria dos países participantes empreguem quase 80% do seu tempo de trabalho com o ensino e a aprendizagem, num grande número de países perdem um tempo valioso das aulas com a resolução de problemas e com tarefas administrativas. Os professores tendem mais a ver os estudantes como participantes activos no processo de aquisição e construção do conhecimento do que a considerar a transmissão de informações e a apresentação de “soluções correctas” como a principal função do professor. No entanto, na sala de aula, os professores de todos os países dão uma ênfase maior a abordagens estruturadas de aprendizagem, com objectivos claramente definidos, do que a abordagens orientadas prioritariamente para os estudantes.

© OECD 2009

**Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.**

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

**Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.**

**Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE**

[www.oecd.org/bookshop/](http://www.oecd.org/bookshop/)

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate.

[rights@oecd.org](mailto:rights@oecd.org)

Fax: +33 (0)1 45 24 99 30

OECD Rights and Translation unit (PAC)

2 rue André-Pascal

75116 Paris

França

**Visite nosso sítio** [www.oecd.org/rights/](http://www.oecd.org/rights/)

